

# **ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL: UM COMPARATIVO DOS PLANOS DE LUTAS DOS CONGRESSOS DA CNTE E FENPROF**

Aline Chalus Vernick Carissimi

APP Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em educação pública do Paraná

E-mail: alinevernick@gmail.com

## **Introdução**

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um comparativo sobre as diferentes conjunturas educacionais no Brasil e em Portugal por meio dos temas tratados nos planos de lutas e cadernos de resoluções dos últimos dois congressos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)/ Brasil e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF)/ Portugal.

No Brasil as entidades representativas do magistério público apresentam apenas uma confederação de agrupamento das entidades sindicais sendo a CNTE.

Portugal apresenta uma pluralidade de representação de entidades sindicais, tendo como principal federação FENPROF.

Incursionar nesse estudo permite verificar as semelhanças e diferenças na organização sindical em cada um dos países e os temas traduzidos nos planos de lutas das entidades mencionadas.

## **Desenvolvimento**

O contexto de organização sindical português tem uma característica bastante difusa do modelo brasileiro de sindicalismo docente, de forma que o arranjo sindical dos professores portugueses, comparativamente ao caso brasileiro, não se organiza em torno da unicidade sindical, mas a partir da pluralidade de entidades.

De acordo com STOLEROFF e SANTOS (2012), algumas entidades portuguesas representam desde os professores/educadores de infância (docentes da educação infantil), ensino básico (ensino fundamental), ensino secundário (ensino médio) até os docentes do ensino superior, tanto do serviço público como da iniciativa privada.

A educação em Portugal apresenta um contexto da organização nacional, ou seja, a educação é organizada por um sistema de ensino nacional, a partir de diretrizes

emanadas pelo governo central, neste sentido a carreira dos professores portugueses é regido por um estatuto único para educadores de infância (ensino pré-escolar), professores do ensino básico e ensino secundário.

A organização sindical dos docentes portugueses, como já dita anteriormente, é difusa, e há uma pluralidade de entidades representativas distribuídas em 4 federações sendo elas:

- FENPROF (Federação Nacional dos Professores);
- FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação);
- FEPECI (Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Cultura e Investigação/Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação);
- FENEI/SINDEP: Federação Nacional de Ensino e Investigação/Sindicato Nacional e Democrático dos Professores e outros sindicatos no bojo dos “Independentes”.

A FENPROF é a federação a qual seus sindicatos somam o maior quantitativo de professores de Portugal, sendo que desses sindicatos o que possui maior número de sindicalizados é o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) com aproximadamente 20 mil professores.

O sindicalismo docente da educação básica no Brasil é organizado tomando como referência o regime federativo, ou seja, cada ente federado (estados e municípios) possui seus próprios quadros de serviço público, e aí se incluem o magistério público.

No Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) unifica os diversos sindicatos do magistério público no Brasil, produzindo reivindicações no âmbito nacional que se desdobram no contexto local de cada entidade sindical.

Atualmente a CNTE reúne 50 entidades filiadas e representa mais de 4 milhões de trabalhadores da educação na luta pela valorização dos trabalhadores em educação, especialmente na garantia de direitos e ampliação da cidadania, além disso atua na defesa e disputa da agenda política educacional frente ao governo nacional.

Ao analisarmos os planos de lutas presentes nos cadernos de congressos da FENPROF e CNTE observamos um percurso de tendências na defesa das carreiras e valorização dos professores.

No ano de 2017, a CNTE realizou seu 33º Congresso apresentando como temas centrais em nível educacional a ampliação do financiamento público para a educação

pública, defesa da Lei 11.738/08 que versa sobre o Piso Salarial e das Diretrizes de Carreira para todos os profissionais da educação e a defesa de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13.005/14.

Em 2019, no 13º Congresso da FENPROF, o mote central foi a “Carreira docente dignificada, condição para o futuro” onde destacava-se os 30 anos do Estatuto da Carreira Docente e os diversos desafios frente à carreira docente no país.

Em 2022, no 34º Congresso da CNTE, o plano de lutas se concentrou no “Fora Bolsonaro!” Contra a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 32 (Reforma da Administrativa) e pela Revogação da Emenda Constitucional (EC) 95 que instuiu um novo regime fiscal no Brasil com aplicação de tetos de gastos em educação. Além da defesa do cumprimento das metas do PNE - Lei 13.005/14, a defesa do Piso Nacional Salarial dos Professores e a valorização dos trabalhadores da educação, também estiveram presentes nos debates centrais do congresso.

No mesmo ano (2022) a FENPROF realizou seu 14º Congresso sob o mote “A Educação não pode esperar! Combater desigualdades. Valorizar a profissão!” com debates sobre a escola de qualidade e o combate às políticas neoliberais voltadas para investimentos de escolas com melhores resultados.

### **Conclusões**

De modo geral podemos concluir que excetuando as especificidades locais, territoriais, tamanho da população, modelo político, e observando apenas os modelos sindicais no Brasil e Portugal e as respectivas carreiras docentes, pode se afirmar que em ambos os países o modelo sindical é bastante distinto.

Em Portugal predomina a pluralidade de sindicatos em uma mesma base de representação, bem como também há uma pluralidade de federações. No Brasil, sobretudo no serviço público, a organização sindical predominante ocorre obedecendo a representação dos servidores de acordo a partir de seus vínculos nos entes federados.

Se em Portugal há um sistema nacional de ensino, no Brasil cada ente federado possui, na maioria das vezes, seu proprio sistema de ensino.

No que versa aos desafios das entidades CNTE e FENPROF, de acordo com os cadernos dos congressos sindicais, de 2017 a 2022, percebemos que a carreira docente ocupou a centralidade de defesa e lutas.

No Brasil, o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 fizeram com que muitas das pautas alcançadas no âmbito da educação entrassem em refluxo e passassem a ocorrer inúmeras retiradas de direitos dos professores.

Em Portugal, o contexto do trabalho docente da última década passa pelo desmonte da carreira com a implementação de políticas que produziram reformas em eixos importantes do trabalho docente, sobretudo da carreira docente que é regida por um estatuto único: Estatuto da Carreira Docente (ECD) que agrega os Educadores de Infância e os Professores de Ensino Básico e Secundário. (GROCHOSKA, 2015)

Para STOLEROFF e SANTOS (2012), essas reformas na carreira do professor e na gestão das escolas portuguesas, ocorreram com base em medidas que adotaram princípios meritocráticos que levaram a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a reforma da gestão e direção escolar, a partir de argumentos fundamentados na eficiência dos sistemas de ensino e no aumento do profissionalismo docente, considerando também estratégias de austeridade econômica.

Diante do exposto, é possível observar tendências em curso nos dois países, especialmente no que se refere a carreira e valorização do magistério da educação básica, evidenciando a organização das entidades estudadas em torno de planos de lutas dessas temáticas.

Cabe destacar, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a conjuntura política e econômica nos dois países, Brasil e Portugal, para análise mais precisa sobre o cenário de fundo das lutas sindicais do magistério.

#### **Referências:**

CNTE. **Caderno de Resoluções do 33º Congresso Nacional da CNTE**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Resoluções do 34º Congresso Nacional da CNTE**. Brasília, 2022.

FENPROF. **13.º Congresso Nacional dos Professores Programa de Ação “Carreira Docente Dignificada, Condição de Futuro”**. Lisboa, 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto de resolução sobre a ação reivindicativa: “A Educação não pode**

**esperar! Combater desigualdades. Valorizar a profissão!”** Viseu, 2022.

GROCHOSKA, M. A. O estatuto da carreira docente em Portugal: marco legal e contexto de organização dos professores. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba, v. 9, n.17, ago/dez. 2015.

STOLEROFF, A.; SANTOS, P.; **Fragmentos de visas profissionais de professores: vivências e reacções às recentes reformas educativas**; Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, APS, 2012.